

# Saberes do campo e da universidade na construção da segurança alimentar: a experiência de oficinas formativas no acampamento Irmã Dorothy, em Restinga-SP

*Knowledge from the countryside and the university in the construction of food security: the experience of training workshops at the Irmã Dorothy Camp, in Restinga-SP*

**Frederico Daia Firmiano**

Departamento de Educação, Ciências Sociais e Políticas Públicas (DECSPP), Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS)  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)  
[f.firmiano@unesp.br](mailto:f.firmiano@unesp.br)  
<https://orcid.org/0000-0002-6701-1201>

**Gabriela Pereira Resende**

Programa de Pós-Graduação em História  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)  
[gabriela.resende@unesp.br](mailto:gabriela.resende@unesp.br)  
<https://orcid.org/0009-0001-4506-4839>

**Livia Vitório Dutra**

Programa de Análise e Planejamento de Políticas Públicas  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)  
[livia.dutra@unesp.br](mailto:livia.dutra@unesp.br)  
<https://orcid.org/0009-0002-0357-7772>

**May Azevedo Lopes**

Graduada em Serviço Social  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)  
[may.azevedo@unesp.br](mailto:may.azevedo@unesp.br)  
<https://orcid.org/0009-0008-7120-9158>

**Cândido Luis Ribeiro Sousa**

Graduando em Serviço Social  
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP)  
[candido.luis@unesp.br](mailto:candido.luis@unesp.br)  
<https://orcid.org/0009-0005-9617-8982>

**RESUMO:** Este trabalho objetiva discutir a experiência de oficinas formativas de intervenção realizadas pelo Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) no acampamento Irmã Dorothy, organizado pelo MST, em Restinga (SP). A proposta de intervenção teve como objetivo geral estimular o debate sobre as situações de fome e insegurança alimentar e, ao mesmo tempo, fomentar experiências de garantia de segurança alimentar, dentro e fora da universidade. Entre as conquistas do projeto, destacam-se a sensibilização

provocada pelas oficinas, tanto nos acadêmicos, quanto nos acampados, sobre o tema da segurança alimentar e, mais que isso, o despertar de uma consciência sobre os compromissos com a Terra que devemos assumir na perspectiva de um relacionamento efetivamente sustentável entre ser social e natureza. O projeto também enfrentou desafios significativos, como os obstáculos encontrados diante da estiagem prolongada e das queimadas que impediram a realização das oficinas práticas de agroecologia previstas pelo projeto e a busca por metodologias que acentuam a construção coletiva de saberes, mediada pelo respeito, solidariedade e a relação de reconhecimento mútuo entre os sujeitos em tela. A despeito disso, as ações realizadas constituem um marco importante para o fortalecimento da relação entre o campo e a universidade, da extensão universitária junto aos movimentos sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Extensão universitária; Movimentos sociais; Segurança alimentar.

**ABSTRACT:** This paper aims to discuss the experience of training workshops conducted by the Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) at the Irmã Dorothy camp, organized by the MST, in Restinga, São Paulo. The overall objective of the intervention was to stimulate debate on hunger and food insecurity and, at the same time, to promote experiences of food security, both inside and outside the university. Among the project's achievements, we highlight the awareness raised by the workshops, both among academics and camp residents, on the topic of food security and, more than that, the awakening of a consciousness about the commitments to the Earth that we must assume in the perspective of an effectively sustainable relationship between social beings and nature. The project also faced significant challenges, such as the obstacles encountered due to the prolonged drought and fires that prevented the practical agroecology workshops planned by the project from taking place, and the search for methodologies that emphasize the collective construction of knowledge, mediated by respect, solidarity, and mutual recognition between the subjects in question. Despite this, the actions carried out constitute an important milestone in strengthening the relationship between the countryside and the university, and between university extension and social movements.

**KEYWORDS:** University extension; Social movements; Food security.

## Introdução

Desde a década de 1970, a questão agrária brasileira tem se articulado de forma crescente à crise civilizatória do capital, caracterizada pela intensificação de formas de acumulação cada vez mais destrutivas, em razão da redução da margem de viabilidade produtiva do capital social global (Firmiano, 2022). Nesse contexto, o Brasil integrou-se ao processo de mundialização do capital, aderindo ao paradigma da “revolução verde”, à financeirização e à fusão entre o valor de troca das *commodities* agrícolas e o complexo bélico-químico, expresso no

uso massivo de insumos agroquímicos e na expansão da fronteira extrativista (Grandón, Vasconcelos e Smolski, 2024). Essa dinâmica redefiniu o centro crítico da questão agrária, evidenciando contradições estruturais que se expressam, entre outros aspectos, no agravamento das situações de fome e insegurança alimentar (Firmiano, 2022).

De acordo com o *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil*, publicado pela Rede PENSSAN (2022), cerca de 125,2 milhões de brasileiros viviam em situação de insegurança alimentar, sendo 33 milhões em situação de fome. Esses dados revelavam a urgência de políticas e práticas sociais que não apenas assegurem o acesso à alimentação, mas também promovam a autonomia e o protagonismo das comunidades populares na produção de alimentos saudáveis e sustentáveis.

É nesse cenário que se insere o projeto de intervenção de extensão universitária “Os saberes do campo e da universidade na construção da segurança alimentar”, desenvolvido pelo Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA), em interlocução com famílias do Acampamento Irmã Dorothy, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), localizado no município de Restinga (SP), município da região de Franca, interior de São Paulo e próximo à Ribeirão Preto. Trata-se de uma área marcada pela predominância do modelo de produção baseado em *commodities*, no qual a monocultura canavieira expõe a classe trabalhadora, particularmente, acampados e assentados da reforma agrária, à precarização e degradação social constantes.

O projeto de intervenção teve como objetivo geral estimular o debate e a experimentação de práticas voltadas à segurança e à soberania alimentar, articulando saberes acadêmicos e populares. Especificamente, buscou:

- a. desenvolver oficinas de formação sobre segurança alimentar com a comunidade universitária e as famílias acampadas;
- b. fomentar práticas agroecológicas no acampamento;
- c. estimular a comercialização e o escoamento local da produção;

d. estender o Espaço Agroecológico<sup>1</sup> já existente na Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da UNESP, campus de Franca, SP, como espaço de diálogo entre universidade e campo, contando com a presença das famílias do Acampamento Irmã Dorothy, tanto no espaço de debate, quanto no espaço de comercialização da produção.

O presente projeto contou com três bolsas equivalentes à extensão universitária em nível de graduação no âmbito do Edital no. 02/2024 CAADI/COPE/UNESP 2024 Coordenadoria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade (CAADI) e Coordenadoria de Permanência Estudantil (COPE) – que, dentre os objetivos, visou promover ações em consonância com os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030 da ONU por meio de intervenções desenvolvidas por discentes pertencentes a um ou mais grupos, tais como:

- a. pessoas pretas, pardas, indígenas;
- b. pessoas com deficiência;
- c. pessoas travestis, transexuais e transgêneros.

Dessa forma, as atividades realizadas contaram com um público diversificado, composto por moradores do acampamento e estudantes da universidade. Em relação ao primeiro grupo, esperava-se uma adesão maior, uma vez que o acampamento é composto por 33 famílias. No entanto, o número de participantes das oficinas variava com frequência e não atingia a totalidade dos acampados. Ainda assim, alguns moradores tinham mais assiduidade, configurando um perfil de participantes composto, em sua maioria, por adultos e idosos, além da presença de algumas crianças que acompanhavam seus responsáveis. Em relação aos estudantes extensionistas, predominavam mulheres jovens, que apresentavam diferentes níveis de familiaridade com o espaço e com as vivências do acampamento.

---

1 O Espaço Agroecológico ocorre semanalmente na FCHS/Unesp, organizado pelo NATRA, contando com a participação de um casal de assentados do Assentamento 17 de Abril, que traz seus produtos e de outros assentados da associação que eles compõem para serem vendidos a preço de custo para a comunidade universitária e pessoas do entorno da universidade que se deslocam a chamada “feirinha da reforma agrária”. Este espaço viabiliza o acesso semanal por parte da comunidade acadêmica e do entorno de produtos in natura que variam segundo a produção sazonal, mas que incluem frutas, verduras e legumes, ou seja, alimentos que compõem uma dieta saudável e alinhada aos princípios do Guia Alimentar para a População Brasileira. O Espaço Agroecológico inclui a “barraca da feira” e, ao lado, a roda conversa. Toda semana acontecem debates sobre agroecologia, reforma agrária, questão ambiental e outros temas relevantes que compõem o debate sobre a questão agrária.

## O acampamento Irmã Dorothy, do MST, em Restinga (SP)

O Acampamento Irmã Dorothy, vinculado ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), resulta de um processo de ocupação iniciado em 2013, em uma área pública federal conhecida como “Estação Mandiú”, em referência à antiga estação ferroviária pertencente à Rede Ferroviária S.A (RFFSA), atualmente sob gestão da Secretaria do Patrimônio da União (SPU). Após um litígio judicial envolvendo uma pessoa particular que reivindicava a posse do terreno, das 37 famílias inicialmente ocupantes do local, 5 famílias mantiveram-se organizadas e, em 4 de novembro de 2013, ocuparam o terreno no qual está o acampamento atualmente, de propriedade da Prefeitura Municipal de Restinga.

Desde sua criação, o número de famílias tem variado, característica comum às formas de organização social vinculadas à luta pela terra (Firmiano, 2016), atualmente o acampamento é composto por 33 famílias. Ainda em 2013, a Prefeitura requereu judicialmente, pela primeira vez, a reintegração de posse do terreno, encetando um conflito judicial. Deferido pelo juízo local, a Defensoria Pública do Estado de São Paulo – Regional de Franca agravou o processo, obtendo sua suspensão. Não satisfeita, a Prefeitura Municipal passou a insistir jurídica e politicamente para a saída das famílias do local, mas a Justiça, em contrapartida, exigiu que o município encontrasse solução para a questão, preservando o direito das trabalhadoras e trabalhadores que ali vivem. Desde a ocupação da área, as famílias de Sem Terra passaram a reivindicar a destinação do terreno para fins de reforma agrária, organizando a vida em comunidade. Com o passar dos anos, a comunidade se consolidou, segundo suas normas internas organizativas e seus princípios, constituindo-se em território de moradia e de produção de alimentos em pequena escala, afirmando, ainda, uma identidade coletiva, associada ao lugar.

Para a ocupação do terreno no distrito industrial do município de Restinga (SP), as famílias acampadas procuraram o MST que, então, passou a organizá-las. Por isso, a organização interna do acampamento segue a estrutura política proposta pelo MST (Stédile & Fernandes, 2012), baseada na autogestão e na divisão coletiva de responsabilidades. As famílias são organizadas em núcleos, cada um coordenado por uma mulher e um homem. O acampamento conta ainda com setores responsáveis por áreas como educação, saúde, formação, infraestrutura e segurança. Juntos, os coordenadores de núcleo e de setor compõem a Coordenação Geral do Acampamento, responsável pela deliberação coletiva das ações e pelo

fortalecimento da vida comunitária. Essa estrutura evidencia a dimensão formativa e política do MST, que se apoia em princípios de cooperação, solidariedade e protagonismo dos sujeitos do campo.

As moradias são predominantemente construídas com lona e, em alguns casos, feitas com tapumes de madeira, variando conforme a composição familiar. Embora pequenas, são organizadas por cômodos (quarto, sala, banheiro, cozinha), e dispõem de áreas externas destinadas ao cultivo doméstico. As famílias não possuem distribuição de energia elétrica, recorrendo a pequenos geradores, lamparinas, velas e lanternas para a iluminação. O fornecimento de água é realizado pela Prefeitura Municipal de Restinga, de forma irregular, com distribuição média de 200 litros diários por família, volume insuficiente para o atendimento integral das necessidades domésticas e produtivas. Cada família deve possuir um tambor para armazenar a água, que é utilizada nas atividades cotidianas, desde higiene pessoal até o preparo dos alimentos e a utilização da água para o plantio de gêneros alimentícios. A ausência de rede elétrica compensada por geradores e lamparinas, em conjunto à ausência de água suficiente, reforça as condições de vulnerabilidade que marcam o cotidiano das famílias.

**Figura 1:** Frente de um lote com os tonéis de água.



**Fonte:** Arquivo fotográfico do Projeto *Compromissos com a Terra* (NATRA/UNESP). Restinga (SP), 2023.

Três fatores sintetizam as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias do acampamento:

- a. a ausência de infraestrutura produtiva e social;
- b. as limitações para a garantia de uma alimentação adequada;
- c. a falta de acesso à energia elétrica.

A essas condições somam-se a informalidade e o desemprego que marcam as relações laborais vivenciadas pela comunidade, expressando, em escala local, a precarização estrutural do trabalho que caracteriza amplos segmentos da classe trabalhadora no país (Antunes, 2020). Apesar das adversidades, as famílias consolidaram laços de identidade e pertencimento ao território, conformando o que Silva (2015) denomina “identidade camponesa”, construída na articulação entre a luta pela terra, o trabalho, a produção, a família e as tradições culturais.

No contexto do acampamento, é possível identificar a presença desses mesmos elementos estruturantes, ainda que sob condições de acentuada precariedade e instabilidade. O prolongamento da luta pela terra, que ultrapassa uma década, parece ter produzido um processo de consolidação organizativa próprio, configurando uma forma de *organicidade* interna nos termos do MST (Stédile & Mançano, 2012), mesmo diante da inexistência de condições objetivas e materiais que caracterizam os assentamentos formalizados. Paradoxalmente, a persistência dessa ausência de meios concretos de reprodução social pode ser compreendida não apenas como obstáculo, mas também como elemento constitutivo da identidade camponesa forjada nesse espaço. Todavia, a extensão temporal dessa condição de transitoriedade, a condição de “acampados”, tem aprofundado as vulnerabilidades sociais historicamente impostas a esses sujeitos, acirrando processos de precarização e exclusão.

O terreno atualmente ocupado possui aproximadamente 24 mil metros quadrados e pertence formalmente à Prefeitura Municipal de Restinga, que alega tratar-se de área destinada à expansão industrial. Diversas tentativas de diálogo e solicitações administrativas, inclusive da Defensoria Pública de Franca, não resultaram em avanços no processo de regularização fundiária. Por sua vez, o poder público tem remetido às famílias à busca de áreas sob domínio da SPU, sem oferecer alternativas concretas de reassentamento. Essa indefinição jurídica e política tem agravado a precarização e a incerteza quanto ao futuro das famílias,

que reivindicam a regularização da área ou a destinação de terrenos federais próximos para moradia e produção agroecológica.

A área onde se localiza atualmente o acampamento Irmã Dorothy situa-se em uma região que, se não pertence formalmente à Secretaria do Patrimônio da União (SPU), está em sua imediata proximidade. A poucos metros do acampamento é possível avistar as estacas e a própria linha férrea, cujos trilhos, segundo os acampados, seguem em direção ao município de Franca e se estendem por pelo menos dez quilômetros. As famílias também relatam suspeitas de que proprietários particulares estejam expandindo suas terras sobre possíveis áreas da SPU, incorporando-as irregularmente. Contudo, não há informações oficiais da Secretaria que confirmem ou neguem essa hipótese.

Diante disso, o acampamento se constitui num espaço permeado por contradições: de um lado, há uma determinação judicial para que a Prefeitura de Restinga apresente uma alternativa concreta de reassentamento; de outro, persiste a ausência de vontade política, tanto municipal quanto estadual e federal, em efetivar a criação de um assentamento rural. Assim, as famílias seguem resistindo pela permanência no território, conscientes das limitações que ele impõe à moradia e à produção de alimentos, mas mantendo a expectativa de que possam ser assentadas na própria região. Essa expectativa envolve tanto a possibilidade de regularização fundiária da área atual, mediante o uso de outras terras da SPU para a produção, quanto a destinação de novas áreas que possam garantir simultaneamente moradia e meios de subsistência. É com essas famílias e nesse contexto de luta e incerteza que o projeto relatado foi desenvolvido.

## **Sobre a metodologia das intervenções**

O planejamento e a execução das atividades realizadas pelo Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA) junto ao acampamento Irmã Dorothy foram estruturados com base em uma abordagem participativa e interdisciplinar que, orientada pela perspectiva da construção coletiva de conhecimento, buscou envolver ativamente todos os sujeitos do processo – tanto os integrantes do NATRA, quanto as famílias do acampamento. (Gonçalves, 2009). A abordagem participativa foi essencial para garantir que as oficinas de formação refletissem as necessidades, experiências e saberes da comunidade local, promovendo um diálogo constante e horizontal entre os envolvidos. A interdisciplinaridade, por sua vez, orientou a integração de diferentes campos do saber, como agroecologia, políticas públicas, educação

popular e segurança alimentar, permitindo uma leitura ampla e crítica das contradições que atravessam o cotidiano das famílias acampadas.

As ações foram planejadas e conduzidas em consonância com as diretrizes da extensão universitária, que compreendem a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão (Política..., 2012; Reis, 1993). Nessa perspectiva, as oficinas buscaram ultrapassar os limites do espaço acadêmico, ampliando o alcance social da universidade ao estabelecer vínculos orgânicos com movimentos sociais, como o MST, considerando que as atividades promovidas pela extensão universitária são centrais para o fortalecimento das relações entre a universidade e a comunidade em que está inserida (Rocha, 1984).

A metodologia fundamentou-se na construção compartilhada de conhecimentos, o que dá sentido à expressão “os saberes do campo e da universidade na construção da segurança alimentar”, de modo a responder a problemas concretos vividos pela comunidade e, simultaneamente, contribuir para a formação crítica dos estudantes envolvidos no projeto.

O planejamento das oficinas foi realizado coletivamente, com a participação dos bolsistas e demais integrantes do NATRA. As reuniões preparatórias, realizadas com cerca de duas semanas de antecedência à data de cada oficina, foram fundamentais para garantir que as atividades fossem organizadas de maneira alinhada aos objetivos do projeto. Nessas reuniões, definiram-se aspectos centrais como:

1. Duração das atividades: ajustadas para ocorrer em até três horas, de modo a favorecer a concentração e o engajamento dos participantes;
2. Mística de abertura: prática simbólica inspirada na pedagogia do MST, com o intuito de criar um espaço de acolhimento, reflexão coletiva e conexão com os valores da agroecologia, da luta pela terra e com o tema da oficina;
3. Tema principal: cada oficina era orientada por um tema central, previamente discutido com a comunidade na oficina anterior e relacionado à segurança alimentar, produção agroecológica, soberania alimentar ou outros tópicos correlatos. A escolha dos temas baseou-se tanto nas demandas e desafios vividos pelas famílias, quanto nas diretrizes metodológicas do projeto, promovendo uma integração entre saberes e interesses populares e acadêmicos;
4. Intervenções artísticas: decidia-se, nas reuniões, quais intervenções artísticas seriam incluídas. Estas variavam entre apresentações, produções

audiovisuais ou construção de cartazes, conforme a pertinência ao tema e buscando estimular a participação e o interesse dos participantes.

5. Dinâmicas: optava-se por diferentes formatos de interação, como rodas de conversa, trabalhos em pequenos grupos ou atividades práticas, conforme o tema da oficina.

Durante o período de preparação, os bolsistas assumiram responsabilidades específicas, como pesquisa e organização de materiais necessários (bibliografias, cartazes, sementes, equipamentos audiovisuais, entre outros). Também eram elaborados roteiros detalhados, com a sequência de atividades, a duração de cada etapa e a definição dos papéis dos mediadores.

As oficinas ocorreram sempre aos sábados pela manhã, aproximadamente das 9 horas ao meio-dia, momento de maior concentração de famílias viventes do acampamento, e eram realizadas diretamente no acampamento Irmã Dorothy. Embora houvesse variações conforme o tema, a estrutura das oficinas manteve uma base comum, composta por quatro momentos:

1. Abertura: mística inicial, conduzida tanto por integrantes do NATRA, quanto dos acampados, pela qual buscava-se promover a integração e a sensibilização coletiva;
2. Discussão do tema principal: abordagem dialógica, apoiada em técnicas participativas, valorizando as contribuições da comunidade e os conteúdos trazidos pela equipe;
3. Atividades práticas: conexões entre teoria e prática, como elaboração de cartazes, trocas de receitas e saberes agroecológicos;
4. Encerramento e avaliação: momento de partilha de percepções e sugestões, voltado à melhoria contínua do processo formativo.

Essa metodologia priorizou a construção coletiva e a horizontalidade nas relações entre a universidade e a comunidade. Os participantes foram constantemente incentivados a propor temas, dinâmicas e questões a serem trabalhadas em oficinas seguintes, fortalecendo o protagonismo e autonomia das famílias acampadas. Desse modo, as oficinas constituíram não apenas espaços de aprendizagem recíproca, mas também de resistência política, de formação crítica e

fortalecimento comunitário, elementos centrais à perspectiva emancipatória que orienta o trabalho do NATRA junto ao acampamento Irmã Dorothy.

## As oficinas de Formação no acampamento Irmã Dorothy, em Restinga (SP)

O projeto de extensão iniciou-se em abril de 2024, com uma reunião entre a equipe extensionista e a coordenação do acampamento Irmã Dorothy, para apresentação da proposta e adequação do cronograma às dinâmicas comunitárias. A partir desse encontro, definiu-se coletivamente a realização de três oficinas de formação teórica, seguidas de duas oficinas práticas de agroecologia e reuniões de avaliação intermediária e final das atividades, conforme sistematizado na Tabela 1.

**Tabela 1:** Atividades, datas previstas e atividades e datas efetivamente realizadas.

| Data prevista | Data realizada | Atividade prevista                                                                | Atividade realizada |
|---------------|----------------|-----------------------------------------------------------------------------------|---------------------|
| 06/04/2024    | Idem           | Reunião com a coordenação do acampamento para apresentação da proposta.           | Idem                |
| 11/05/2024    | Idem           | Oficina de formação: As determinações da produção da fome no Brasil e no mundo.   | Idem                |
| 01/06/2024    | 08/06/2024     | Oficina de formação: O sistema agroalimentar e a padronização da dieta dos povos. | Idem                |
| 03/08/2024    | 24/08/2024     | Oficina de formação: O significado de segurança alimentar.                        | Idem                |
| 14/09/2024    | Idem           | Reunião de planejamento com a coordenação do acampamento.                         | Idem                |

|            |            |                                                                         |                                                                                                                         |
|------------|------------|-------------------------------------------------------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| 05/10/2024 | 28/09/2024 | Oficina de formação: Produzindo a agroecologia no acampamento. Parte I. | Formação anti-incêndio com a Brigada Fênix do assentamento Mário Lago, de Ribeirão Preto (SP).                          |
| 09/11/2024 | 09/11/2024 | Oficina de formação: Produzindo a agroecologia no acampamento. Parte II | Oficina de formação: O intercâmbio entre ser social e natureza mediado pela agroecologia e os compromissos com a Terra. |
| 30/11/2024 | 23/11/2024 | Reunião de avaliação do projeto com a coordenação do acampamento.       | Idem                                                                                                                    |

**Fonte:** Arquivos do Projeto “Compromissos com a Terra” (NATRA/UNESP).

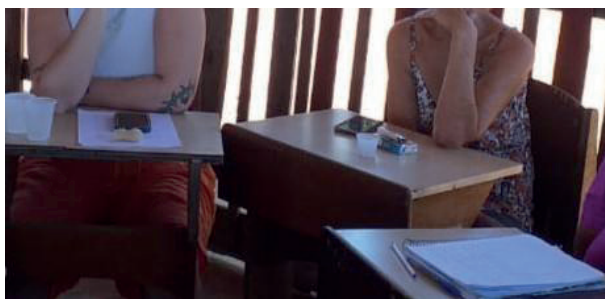
A primeira oficina, realizada em 11 de maio, abordou o tema “As determinações da produção da fome no Brasil e no mundo”, utilizando como material didático uma reportagem jornalística sobre o aumento da fome no país: *Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas*<sup>2</sup>. No segundo encontro, em 8 de junho, tratou-se de “O sistema agroalimentar e a padronização da dieta dos povos”, com base em excertos do *texto A batalha das sementes*, de Vandana Shiva (2024). Em ambas as atividades, a metodologia seguiu uma sequência dialógica: exposição inicial breve do tema da oficina; em seguida a organização dos participantes em núcleos de base para leitura e discussão orientada e, por fim, socialização dos debates em plenária. Essa dinâmica buscou promover a construção coletiva do conhecimento, em consonância com a pedagogia freireana, ao

2 Oxfam Brasil. (2022, 8 de junho). Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas. Oxfam Brasil. Recuperado em 5 de maio de 2024, de <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-331-milhoes-de-pessoas/>

valorizar as experiências prévias dos sujeitos e o diálogo horizontal entre universidade e comunidade (Freire, 1983).

Os núcleos foram formados por quatro pessoas cada, sendo acompanhados por duas pessoas do coletivo extensionista presente. As questões para orientar o debate no primeiro encontro foram: “O que produz a fome no Brasil?” e “Quais as propostas para a superação da fome?” Já na segunda oficina, as questões orientadoras foram: “Como combater a padronização da dieta alimentar?” e “Como produzir uma dieta alimentar rica em qualidade e quantidade?”

**Figura 2** – Atividade em roda com extensionistas e acampados



**Fonte:** Arquivo fotográfico do Projeto “Compromissos com a Terra” (NATRA/UNESP).  
Restinga (SP), 11 mai. 2024.

Em ambos os casos, o debate em núcleo durou em torno de 30 minutos. Em plenária, os núcleos de base apresentaram o breviário das discussões e abriu-se para a discussão geral. Por fim, dois integrantes do projeto fizeram uma síntese do debate como fechamento da atividade. Como resultado, as discussões revelaram o reconhecimento, pelos participantes, da fome e da perda de autonomia alimentar como expressões de desigualdades estruturais e da subordinação da agricultura camponesa aos sistemas agroindustriais, os quais padronizam e homogeneizam a alimentação, quando esta deveria ser diversificada. Como meio de combate e resistência ao sistema agroindustrial, foram propostas a agroecologia e a agricultura familiar, destacando-as como soluções do problema social, a fome. Conforme destacam Gonçalves (2012) e Grisa e Schneider (2015), conclui-se que a segurança alimentar deve ser compreendida como processo político e social, que envolve o direito ao acesso contínuo a alimentos de qualidade, em contraposição à lógica mercantilizante da produção e consumo.

Na reunião de avaliação subsequente, identificou-se a necessidade de diversificar os recursos pedagógicos, considerando que a leitura e o debate textual, embora produtivos, poderiam se tornar exaustivos. Assim, na oficina de 24 de agosto, cujo tema foi “O significado de segurança alimentar”, optou-se por metodologias participativas de caráter vivencial. A atividade iniciou-se com uma roda de conversa a partir da pergunta norteadora “Alguém já passou fome? Gostaria de contar sua experiência?”, o que possibilitou o compartilhamento de vivências e a problematização do conceito de insegurança alimentar, conforme as definições da Rede PENSSAN (2022). De acordo com a Rede, o acesso irregular e não permanente a alimentos configura a situação de insegurança alimentar. Ela pode ser classificada em “leve”, quando há incerteza com relação ao acesso aos alimentos num futuro próximo ou quando a qualidade está comprometida; “moderada”, quando a quantidade de alimentos é insuficiente; “grave”, quando ocorre privação de alimentos que resulta em fome (REDE PENSSAN, 2022). É notável, quando se define nesses termos e diante dos relatos dos participantes, o fato de que a totalidade das pessoas presentes na oficina vivenciou, ou ainda vivencia, algum nível de insegurança alimentar.

Para aprofundar a reflexão, realizou-se a leitura de um trecho da obra *Quarto de Despejo*, de Carolina Maria de Jesus (2004, p. 45-46):

Resolvi tomar uma medida e comprar um pão. Que efeito surpreendente faz a comida no nosso organismo! Eu que antes de comer via o céu, as árvores, as aves tudo amarelo, depois que comi, tudo normalizou-se aos meus olhos. A comida no estômago é como o combustível nas máquinas. Passei a trabalhar mais depressa. O meu corpo deixou de pesar. Comecei andar mais depressa. Eu tinha impressão que eu deslizava no espaço. Comecei a sorrir como se estivesse presenciando um lindo espetáculo. E haverá espetáculo mais lindo do que ter o que comer? Parece que eu estava comendo pela primeira vez na vida.

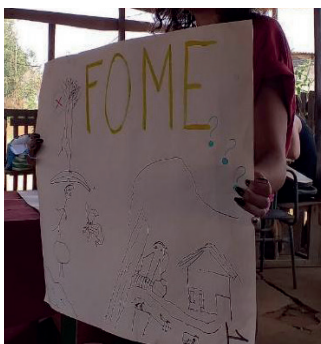
A leitura foi seguida de uma dinâmica expressiva: cada participante produziu um desenho sob o tema “Que cara tem a fome? Que cor? Que forma?”. A atividade evidenciou o potencial da arte como instrumento de mediação pedagógica e de elaboração crítica de experiências de vulnerabilidade, sobretudo quando aplicada entre jovens adultos, que, ao crescerem, tendem a reduzir suas experiências criativas. Segundo Freire (1983), o ato educativo emancipador requer o uso de múltiplas linguagens que mobilizem não apenas a razão, mas também a sensibilidade e a imaginação.

**Figura 3** – Cartaz apresentado como resultado da oficina.



**Fonte:** Arquivo fotográfico do Projeto “Compromissos com a Terra” (NATRA/UNESP).  
Restinga (SP), 24 ago. 2024.

**Figura 4** – Cartaz apresentado como resultado da oficina.



**Fonte:** Arquivo fotográfico do Projeto “Compromissos com a Terra” (NATRA/UNESP).  
Restinga (SP), 24 ago. 2024.

A partir dessa experiência, a equipe avaliou que a integração entre práticas artísticas, a reflexão conceitual e o diálogo social ampliou o engajamento e o sentido coletivo das oficinas, fortalecendo os vínculos entre o projeto, o MST e a comunidade do acampamento. Essa constatação fundamentou o redesenho metodológico das atividades subsequentes, orientando a incorporação de estratégias interativas e práticas agroecológicas como dimensões articuladas da formação crítica.

No dia 14 de setembro de 2024, realizou-se uma reunião de avaliação e planejamento entre a coordenação do NATRA e a coordenação do acampamento, com

o intuito de alinhar as etapas subsequentes do projeto. Conforme o cronograma inicial, os meses de outubro e novembro seriam dedicados à implementação de um Sistema Agroflorestal (SAF) no acampamento, em parceria com o setor de produção do MST da região de Ribeirão Preto (SP) e com o Centro Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara, localizado no assentamento Mário Lago, em Ribeirão Preto-SP.

Entretanto, a ocorrência de uma estiagem prolongada, com quase duzentos dias sem chuvas<sup>3</sup>, o aumento expressivo de queimadas no interior paulista inviabilizaram a realização das oficinas práticas planejadas. Dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) registraram 3.641 focos de incêndio entre 21 de agosto e 9 de setembro de 2024, sendo cinco das dez cidades mais atingidas localizadas na região de Ribeirão Preto (SP). O acampamento Irmã Dorothy, que dependia do abastecimento hídrico municipal, foi severamente afetado tanto pela escassez de água quanto pela poluição atmosférica decorrente da queima de canaviais.<sup>4</sup>

Diante desse cenário, a equipe do NATRA, em conjunto com a coordenação do acampamento e representantes do MST, deliberou pela substituição das oficinas de agroecologia por uma formação voltada à prevenção e ao combate de incêndios. A proposta foi construída em parceria com o Centro Sócio-Agrícola Dom Hélder Câmara, que articulou a presença da Brigada Anti-Incêndio Fênix, do assentamento Mário Lago, para ministrar o minicurso no dia 28 de setembro.

**Figura 5** – Equipamentos profissionais para combate ao fogo.



**Fonte:** Arquivo fotográfico do Projeto “Compromissos com a Terra” (NATRA/UNESP). Restinga (SP), 28 set. 2024.

3 R7. (2024, 20 de setembro). Franca sofre com quase 200 dias sem chuva e com a pior estiagem em décadas. Record Interior SP. Recuperado em 3 de dezembro de 2024, de <https://record.r7.com/record-interior-sp/balanco-geral/franca-sofre-com-quase-200-dias-sem-chuva-e-com-pior-estiagem-em-decadas-20092024/>

4 Poder360. (2024, 9 de setembro). Região de Ribeirão Preto é o principal foco de queimadas em SP. Poder Sustentável. Recuperado em 3 de dezembro de 2024, de <https://www.poder360.com.br/poder-sustentavel/regiao-de-ribeiro-preto-e-o-principal-foco-de-queimadas-em-sp/>

**Figura 6** – Equipamentos profissionais para combate ao fogo.



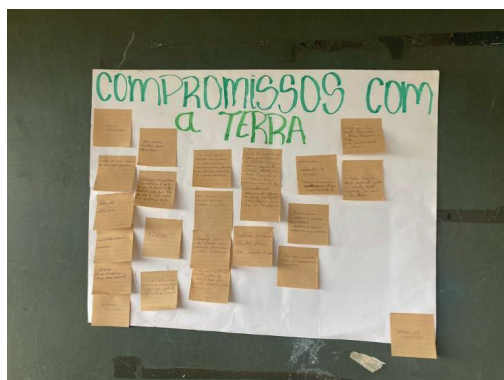
**Fonte:** Arquivo fotográfico do Projeto “Compromissos com a Terra” (NATRA/UNESP).  
Restinga (SP), 28 set. 2024.

A formação, de caráter teórico-prático, abordou os fundamentos do manejo do fogo, a análise primária de situações de risco e os procedimentos de comunicação e segurança em caso de incêndio. A atividade foi conduzida de forma participativa, estimulando o protagonismo dos acampados e resultando na criação de um coletivo interno de prevenção e combate a incêndios. Essa experiência demonstrou a capacidade de adaptação da metodologia extensionista a contextos emergenciais, reafirmando o princípio freireano de que a prática educativa deve partir das condições concretas de vida dos sujeitos e de sua leitura crítica da realidade (Freire, 1983).

Mais do que uma resposta imediata à crise ambiental, a oficina revelou a potencialidade formativa de articular o conhecimento técnico com o debate sobre a relação entre o ser humano e a natureza. A situação de emergência climática vivenciada pela comunidade permitiu um deslocamento temático para reflexões mais amplas sobre o metabolismo social e a necessidade de reorganização das práticas produtivas em direção a modelos sustentáveis e solidários. Essa inflexão orientou o planejamento da oficina seguinte, realizada em 9 de novembro de 2024, cujo tema central foi “O ser social e a natureza mediados pela agroecologia e os compromissos com a Terra”.

A atividade teve início com a exibição de um breve vídeo do pensador indígena Ailton Krenak<sup>5</sup>, em que se discute a lógica utilitarista que rege o mundo do capital e a consequente instrumentalização da vida. O recurso audiovisual foi utilizado como dispositivo de provocação, favorecendo o diálogo sobre saberes ancestrais e tecnologias ligadas à terra, temas ainda pouco explorados nas formações do acampamento. A partir dessa introdução, desenvolveu-se uma roda de conversa seguida de uma atividade coletiva: a elaboração do quadro intitulado “Compromissos com a Terra”, no qual cada participante registrou compromissos individuais e coletivos, a curto e longo prazo, voltados à preservação ambiental e ao fortalecimento da vida comunitária.

**Figura 7** – Mural “Compromissos com a Terra” produzido na atividade final da oficina.



**Fonte:** Arquivo fotográfico do Projeto “Compromissos com a Terra” (NATRA/UNESP). Restinga (SP), 9 nov. 2024.

Os compromissos com a Terra destacados estão descritos a seguir da forma como foram redigidos pelos participantes da oficina: “Viver a agroecologia; Cuidar da terra como se ela fosse da nossa família; Plantar Comida; Sustentabilidade; Estudar formas ancestrais para fazer pelo presente; Autonomia dos povos; Tecnologias ancestrais para a atualidade; Valorizar os saberes ancestrais e produzir conhecimentos acadêmicos que traga luz a esses saberes e a própria terra; Ajudar; Utilizar a terra conscientemente; Ter uma maior conexão com a terra e plantar mais meu alimento; plantar mais plantas; resgatar a espiritualidade; Menos poluição; plantação de árvores; cuidado com a terra; Respeito com a terra pois nossa comida vem dela; Ter comprometimento com a natureza em geral;

5 GNT. (2023, 30 de setembro). O objetivo da vida é ser produtivo? [Vídeo]. YouTube. Recuperado em 30 de setembro de 2024, de <https://www.youtube.com/watch?v=FktEmIx3leM>

animal; árvore; Da terra amor, compromisso a viver em cima dela enquanto Deus me der saúde e vida, cultivando ela sem agrotóxico deixando pra nova geração uma terra limpa e saudável; Cultivar o nosso planeta terra com muito amor; Poluição, plantio de árvore; proteger nossa nascente; Poluir menos; cultivar comida sem veneno; seguir a luta de pequenos agricultores; Ter mais contato com o conhecimento ancestral; Vivemos em um país muito poluído, a terra pra mim é tudo amo viver como eu vivo; A vida sem a terra a gente não é nada nesse mundo, pra mim e pra todos; Viver em coletivo”.

As anotações realizadas pelos participantes evidenciaram uma compreensão ampla das dimensões ética, ecológica e política do cuidado com a terra. É interessante perceber que algumas dimensões, tais como a produção de alimentos saudáveis, a preservação do meio ambiente, o uso consciente da terra e a vida na terra são aspectos trabalhados pelo MST e pelo próprio NATRA nas áreas de acampamento e assentamento da região de Ribeirão Preto e Franca (SP) há anos. Tais formulações se aproximam da concepção de *reforma agrária popular* defendida pelo MST, que articula a produção de alimentos saudáveis à transformação das relações sociais e à emancipação dos sujeitos do campo (Firmiano, 2022).

De certo modo, é uma espécie de solidificação dos processos formativos, mesmo em um contexto de quase absoluta ausência de conquistas no plano da luta pela terra (Firmiano, 2022). Além disso, a experiência permitiu observar que as práticas formativas mediadas pela arte, pela escuta e pela participação ativa ampliam a compreensão da agroecologia como um modo de vida e não apenas como uma técnica de produção. Como argumenta Gonçalves (2012), o enfrentamento das desigualdades socioambientais exige processos de educação libertadora capazes de reconstruir o vínculo ontológico entre ser social e natureza.

Ao final da oficina, deliberou-se pela preservação do quadro com os compromissos assumidos pela comunidade, com o propósito de retomá-lo futuramente para avaliar as transformações concretas no território. Dessa reflexão emergiu a proposta de continuidade das ações extensionistas por meio do projeto “Compromissos com a Terra: cultivando saberes, colhendo a emancipação camponesa”, a ser desenvolvido no biênio 2025–2026, consolidando a integração entre extensão crítica, agroecologia e educação popular.

No dia 23 de novembro foi realizada uma reunião de avaliação final do projeto na FCHS/Unesp. Ao planejar este encontro, o NATRA tinha como intenção produzir um ambiente de celebração, criando um espaço para que a avaliação acontecesse de forma horizontal e orgânica, a partir de uma roda de conversa.

Para isso, o espaço foi cuidadosamente preparado, com a exposição de fotos e materiais utilizados nas oficinas realizadas ao longo do ano no acampamento. Entretanto, por se tratar de uma atividade fora do território do acampamento, parte significativa das famílias que participaram ativamente das oficinas não pôde comparecer, em razão das dificuldades de locomoção.

A atividade teve início com um momento de confraternização e, em seguida, com uma dinâmica coletiva: cada participante foi convidado a escrever, em uma cartolina, os momentos mais marcantes dos encontros realizados durante o projeto. Ao final, a visualização conjunta dos registros permitiu identificar de que forma as oficinas atravessaram os participantes, bem como o nível de interesse por cada tema tratado.

**Figura 8** – *Exposição dos trabalhos realizados nas oficinas.*



**Fonte:** Arquivo fotográfico do Projeto Compromissos com a Terra (NATRA/UNESP).  
Restinga (SP), 23 nov. 2024.

Em um segundo momento, foi conduzida uma roda de avaliação geral do projeto. O NATRA foi amplamente elogiado pelas famílias do acampamento, e, conjuntamente, foram traçadas propostas para aperfeiçoar futuras ações, de modo que os encontros se tornem ainda mais acessíveis e convidativos. Dentre as sugestões, destacou-se a necessidade de construir as oficinas de maneira mais integrada, a partir de um planejamento conjunto entre o grupo universitário e os acampados, com reuniões prévias para alinhar expectativas e interesses, garantindo maior aderência entre as atividades e as demandas locais. Também foi sugerida a construção do calendário de oficinas junto aos acampados, no começo do ano, antes de começarem as atividades, a fim de prepará-los com antecedência para cada dia de oficina.

Importa ressaltar que, em todas as etapas do projeto, além da equipe de intervenção, composta pelo coordenador e três bolsistas, houve a participação ativa de, em média, dez estudantes da FCHS/Unesp. Essa presença ampliada de discentes contribuiu para a diversidade de olhares e para o caráter formativo das ações, fortalecendo o vínculo entre extensão, ensino e pesquisa.

Durante o período de execução, buscou-se também incentivar a participação das famílias do acampamento no Espaço Agroecológico, evento semanal realizado na FCHS/Unesp. Ainda que algumas famílias tenham comparecido em momentos pontuais, como durante a VI Jornada em Defesa da Reforma Agrária, promovida pelo NATRA entre 16 e 18 de abril, e em duas outras ocasiões, nos meses de maio e setembro, a continuidade dessa participação no Espaço Agroecológico segue sendo um desafio. Essa limitação reflete, em parte, os obstáculos logísticos enfrentados pelas famílias, mas também a necessidade de fortalecer o sentimento de pertencimento entre os diferentes espaços de atuação do projeto.

Outro desafio recorrente, debatido nas reuniões de planejamento, diz respeito à escolha de metodologias que promovam uma relação dialógica e de reconhecimento mútuo entre os sujeitos envolvidos. Como argumenta Paulo Freire (1983), a aprendizagem e a conscientização somente se efetivam quando os sujeitos se percebem como participantes ativos do processo educativo e quando o conteúdo abordado adquire significado em suas experiências concretas. Assim, a construção de uma metodologia coerente com os princípios freireanos implica compreender a extensão universitária como prática dialógica e emancipatória, e não como mera transferência de saberes, mas como um espaço de troca e coaprendizagem, no qual o conhecimento é produzido coletivamente a partir da realidade vivida pelos sujeitos.

Nesta perspectiva, ao final das oficinas abria-se um espaço para que todos pudessem trazer opiniões pessoais em relação ao tema e atividade proposta naquele dia e sugestões para encontros futuros, como uma forma de avaliar o que foi absorvido pelos participantes e possíveis pontos que podem ser trabalhados, possibilitando assim a participação ativa e em conjunto de todos os envolvidos na estrutura das oficinas.

## Considerações finais

O projeto “Os saberes do Campo e da Universidade na construção da segurança alimentar” configurou-se como uma iniciativa relevante no enfrentamento da insegurança alimentar e da fome, problemáticas agravadas pelo atual contexto de

crise socioambiental no Brasil e, em particular, pelas vulnerabilidades vivenciadas por famílias que habitam territórios em situação de acampamento. Tal iniciativa adquiriu especial relevância diante do cenário de estiagem severa e da intensificação de focos de incêndio na região de Franca (SP), entre agosto e setembro de 2024, que impactaram diretamente as condições de vida e de produção das famílias acampadas.

A proposta de intervenção buscou consolidar um espaço de interlocução entre a Universidade e o acampamento Irmã Dorothy, em Restinga (SP), fortalecendo os laços entre a produção acadêmica e as práticas sociais de resistência articuladas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nesse sentido, as oficinas formativas configuraram-se como dispositivos pedagógicos de intercâmbio e construção coletiva de saberes, promovendo o diálogo entre o conhecimento científico e o conhecimento popular, e reafirmando o caráter político e educativo da extensão universitária crítica (Freire, 1983; Gadotti, 2017; Gonçalves, 2020).

Entre os principais resultados observados, destaca-se o processo de sensibilização e reflexão crítica provocado pelas atividades formativas, tanto entre os discentes universitários quanto entre as famílias acampadas, acerca do direito humano à alimentação adequada e dos compromissos ético-políticos inerentes à relação entre sociedade e natureza. O estímulo à produção agroecológica emergiu como dimensão essencial para a promoção da soberania e da segurança alimentar e nutricional, bem como para a sustentação das condições materiais da reprodução social. Do ponto de vista institucional, o envolvimento dos estudantes e docentes da FCHS/Unesp nas ações extensionistas reforçou o papel formativo e transformador da universidade pública na articulação entre ensino, pesquisa e extensão.

Os resultados produzidos pelas oficinas permitem uma interpretação que amplia a dimensão imediata da sensibilização dos participantes. As atividades favoreceram processos coletivos de reflexão acerca das determinações sociais da fome, da insegurança alimentar e das possibilidades de enfrentamento das vulnerabilidades vivenciadas pelas famílias acampadas. Ao longo das formações, consolidou-se um movimento de elaboração crítica da realidade, no qual as experiências cotidianas passaram a ser compreendidas como parte das contradições que estruturam o sistema agroalimentar contemporâneo. Essa inflexão analítica aproxima-se da perspectiva desenvolvida por Gonçalves (2012) e por Grisa e Schneider (2015), segundo a qual a segurança alimentar constitui um processo político e social relacionado à efetivação do direito humano à alimentação adequada, às formas de organização da produção e às disputas em torno dos modelos

de desenvolvimento. Os debates registrados durante as oficinas evidenciaram essa compreensão ao associarem a fome, a perda da autonomia alimentar e a padronização da dieta às dinâmicas estruturais do sistema agroindustrial, deslocando a discussão para o campo das relações sociais que condicionam a produção e o acesso aos alimentos.

A construção coletiva do conhecimento atravessou todo o processo formativo e constituiu um dos principais resultados da experiência extensionista. As discussões em núcleos de base, as rodas de conversa, as atividades artísticas e a elaboração compartilhada de sínteses produziram um ambiente em que os conhecimentos acadêmicos dialogaram continuamente com as experiências acumuladas pelas famílias do acampamento. Essa dinâmica materializou a abordagem participativa descrita por Gonçalves (2009), na qual a produção do conhecimento emerge da interação entre diferentes sujeitos e diferentes formas de saber. O percurso metodológico adotado também reafirma a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ao incorporar os problemas concretos vivenciados pela comunidade ao próprio processo de formação universitária. Nessa direção, a experiência fortaleceu o papel da extensão universitária como espaço permanente de interlocução entre universidade e comunidade, conforme proposto por Rocha (1984), produzindo vínculos institucionais sustentados pela reciprocidade e pelo reconhecimento dos saberes construídos no território.

A oficina “Compromissos com a Terra” oferece um conjunto particularmente expressivo de evidências empíricas para essa análise. As frases registradas pelos participantes revelam uma compreensão articulada entre produção de alimentos, preservação ambiental, autonomia dos povos, valorização dos conhecimentos ancestrais, vida coletiva e responsabilidade intergeracional. O conjunto dessas formulações evidencia que o processo formativo contribuiu para fortalecer uma leitura integrada das dimensões ética, política, ecológica e produtiva que organizam a relação entre sociedade e natureza. Expressões como “plantar comida”, “seguir a luta dos pequenos agricultores”, “viver em coletivo”, “cuidar da terra como se ela fosse da nossa família” e “cultivar comida sem veneno” aproximam-se da concepção de Reforma Agrária Popular desenvolvida pelo MST, cuja centralidade reside na reorganização das relações sociais por meio da agroecologia, da cooperação e da emancipação dos sujeitos do campo (Firmiano, 2022). Dessa forma, o mural produzido ao final da oficina constitui um registro empírico dos significados construídos coletivamente durante o projeto e demonstra que as

atividades favoreceram a incorporação de princípios políticos presentes na trajetória organizativa do movimento.

Essa elaboração coletiva também permite compreender o fortalecimento da identidade camponesa observado ao longo do projeto. Conforme argumenta Silva (2015), essa identidade resulta da articulação entre o trabalho, a família, a luta pela terra, as práticas produtivas e o pertencimento ao território. As oficinas criaram condições para que esses elementos fossem permanentemente compartilhados, reinterpretados e reafirmados entre os participantes, fortalecendo os vínculos comunitários e ampliando a identificação coletiva com o projeto político construído pelo acampamento. Em sentido convergente, a organicidade característica da organização do MST, fundamentada na autogestão, na divisão coletiva das responsabilidades e na formação política permanente (Stédile; Fernandes, 2012; Stédile; Mançano, 2012), esteve presente durante toda a execução do projeto. A participação das famílias na definição dos temas, na avaliação das atividades e na reorganização metodológica das oficinas integrou a extensão universitária às formas organizativas já consolidadas no acampamento, fortalecendo processos coletivos que antecederam a chegada da universidade e que permaneceram sendo desenvolvidos durante toda a experiência.

As dificuldades enfrentadas ao longo da execução do projeto também produziram resultados analíticos relevantes. A estiagem prolongada e os incêndios impediram a realização das oficinas agroecológicas inicialmente previstas, exigindo a reformulação do planejamento e a incorporação de uma formação voltada ao combate ao fogo. Essa reorganização metodológica expressa a compreensão freireana de que o processo educativo se constrói a partir das condições concretas vividas pelos sujeitos (Freire, 1983). A emergência ambiental converteu-se em objeto de reflexão coletiva e reorganizou os conteúdos trabalhados durante as oficinas conforme as necessidades imediatas da comunidade. A própria trajetória do projeto evidencia, assim, uma prática extensionista comprometida com a leitura crítica da realidade, com a produção coletiva do conhecimento e com o fortalecimento da organização social das famílias acampadas.

Soma-se a esse cenário a participação ainda limitada das famílias do acampamento nas atividades promovidas no Espaço Agroecológico da FCHS/Unesp. Essa dificuldade esteve relacionada a fatores concretos que extrapolam o interesse ou a disposição dos participantes, envolvendo a insuficiência de meios de transporte entre o acampamento e a cidade, os custos financeiros do deslocamento e as exigências da vida cotidiana das famílias, cujas rotinas são atravessadas pelo

trabalho, pelos cuidados com os filhos e por outras responsabilidades indispensáveis à reprodução da vida no acampamento. Tais elementos evidenciam que a aproximação entre universidade e comunidade depende de condições objetivas que viabilizem a participação dos sujeitos, constituindo um desafio permanente para projetos extensionistas desenvolvidos em territórios marcados por situações de vulnerabilidade social.

Também permaneceram desafios relacionados ao aprimoramento das metodologias participativas empregadas ao longo do projeto. Embora a construção coletiva do conhecimento tenha orientado todas as oficinas, o próprio processo avaliativo revelou possibilidades de aprofundar essa perspectiva por meio de uma participação ainda mais ativa das famílias na definição dos temas, do calendário das atividades e das estratégias pedagógicas adotadas. A incorporação dessas demandas fortalece a coerência entre os pressupostos teóricos que orientam o projeto e sua operacionalização prática, ampliando o protagonismo da comunidade na condução do processo formativo e consolidando relações fundamentadas na reciprocidade, na solidariedade e no reconhecimento mútuo entre universidade e movimento social.

Apesar desses limites, a experiência desenvolvida ao longo do projeto permitiu consolidar vínculos permanentes entre o NATRA e o Acampamento Irmã Dorothy, fortalecendo um processo de interlocução construído a partir das demandas concretas do território e das formas de organização coletiva já existentes na comunidade. As oficinas produziram um espaço compartilhado de reflexão sobre a fome, a segurança alimentar, a agroecologia e a luta pela terra, favorecendo a circulação de conhecimentos entre universidade e movimento social e contribuindo para a formação crítica dos sujeitos envolvidos.

Os resultados alcançados também reforçam o papel da extensão universitária como dimensão constitutiva da universidade pública. A indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão possibilitou que os conhecimentos produzidos academicamente fossem continuamente confrontados, reinterpretados e enriquecidos pelas experiências vividas pelas famílias acampadas, conferindo concretude ao princípio da construção compartilhada do conhecimento. Nessa perspectiva, a universidade amplia sua inserção social ao estabelecer relações duradouras com os territórios e ao reconhecer os movimentos sociais como sujeitos ativos na produção de conhecimento.

Por fim, o percurso construído ao longo do projeto reafirma a atualidade da educação popular, da agroecologia e da Reforma Agrária Popular como referenciais

capazes de orientar práticas extensionistas comprometidas com a transformação social. A experiência desenvolvida no Acampamento Irmã Dorothy evidencia que processos formativos fundamentados no diálogo, na participação e na valorização dos saberes produzidos no território fortalecem a organização coletiva, ampliam a compreensão política da segurança alimentar e contribuem para a construção de formas de relação entre sociedade e natureza orientadas pela justiça social, pela cooperação e pelo compromisso com a vida.

## REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. (Org.). (2020). *Uberização, trabalho digital e Indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo.
- FIRMIANO, F. D. (2016). *O padrão de desenvolvimento dos agronegócios e a atualidade histórica da reforma agrária no Brasil*. São Paulo: Alameda; FAPESP.
- FIRMIANO, F. D. (2022). *Desenvolvimento e questão agrária no Brasil: Problemas do passado e dilemas para o futuro*. Belo Horizonte: Editora UEMG.
- FORPROEX Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras. (2012, maio). *Política Nacional de Extensão Universitária*. Manaus. <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>. Acesso em: 11 set. 2013
- FREIRE, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. São Paulo: Paz e Terra.
- FREIRE, P. (1969). *Extensão ou comunicação?* São Paulo: Paz e Terra.
- GADOTTI, M. (2017). *Extensão universitária: Para quê?* São Paulo: Instituto Paulo Freire. <https://paulofreire.org/9-noticias/247-extensao-universitaria-para-que>. Acesso em: 20 Out. 2025.
- GNT. (2023, 30 de setembro). *O objetivo da vida é ser produtivo?* [Vídeo]. YouTube. <https://www.youtube.com/watch?v=FkTEmix3IeM>. Acesso em: 30 set. 2024.
- GONÇALVES, L. L., *et al.* (2009). Núcleo Agrário Terra e Raiz: Uma experiência de extensão universitária militante. *Revista Ciência em Extensão*, 5(2), 98–99. [https://web.archive.org/web/20180504103259id\\_/http://ojs.unesp.br/index.php/revista\\_proex/article/viewFile/300/294](https://web.archive.org/web/20180504103259id_/http://ojs.unesp.br/index.php/revista_proex/article/viewFile/300/294). Acesso em: 10 fev. 2025.
- GRANDÓN, D., VASCONCELOS, J. S., & SMOLSKI, A. R. (2024). The agrarian question as an ecological question: An introduction. *Latin American Perspectives*, 51(1), 5–22. <https://doi.org/10.1177/0094582X24125211>
- JESUS, C. M. de. (2004). *Quarto de despejo*. São Paulo: Ática.
- Núcleo Agrário Terra e Raiz (NATRA). (2023–2024). *Projeto Compromissos com a Terra: Arquivo fotográfico das oficinas mensais [Fotografias]*. Restinga (SP): NATRA/UNESP. Arquivo interno (não publicado).
- Oxfam Brasil. (2022, 8 de junho). *Fome avança no Brasil em 2022 e atinge 33,1 milhões de pessoas*. Oxfam Brasil. <https://www.oxfam.org.br/noticias/fome-avanca-no-brasil-em-2022-e-atinge-33-1-milhoes-de-pessoas/>. Acesso em: 5 mai. 2024.

Poder360. (2024, 9 de setembro). Região de Ribeirão Preto é o principal foco de queimadas em SP. Poder Sustentável. <https://www.poder360.com.br/poder-sustentavel/regiao-de-ribeiro-preto-e-o-principal-foco-de-queimadas-em-sp/>. Acesso em: 3 dez. 2024.

R7. (2024, 20 de setembro). Franca sofre com quase 200 dias sem chuva e com a pior estiagem em décadas. Record Interior SP. <https://record.r7.com/record-interior-sp/balanco-geral/franca-sofre-com-quase-200-dias-sem-chuva-e-com-pior-estiagem-em-decadas-20092024/>. Acesso em: 3 dez. 2024.

Rede PENSSAN. (2022). II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil [livro eletrônico]: II VIGISAN: Relatório final (Análise, 1). São Paulo: Fundação Friedrich Ebert; Rede PENSSAN. <https://olheparaafome.com.br/#inquerito>. Acesso em: 17 mar. 2024

REIS, R. H. DOS. (1993). Extensão universitária: Conceituação e práxis. In Anais do I Fórum de Extensão da UDESC (pp. 17–23). Florianópolis: UDESC.

ROCHA, R. M. G. (1984). Extensão universitária: Comunicação ou domesticação? (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará).

SHIVA, V. (2024, 28 de fevereiro). A batalha das sementes. Blog da Boitempo. <https://blogdaboitempo.com.br/2024/02/28/vandana-shiva-a-batalha-das-sementes/>. Acesso em: 29 fev. 2024.

SILVA, D. D. S. (2015). A identidade camponesa nos assentamentos do MST do Brasil. *Geographia Opportuno Tempore*, 1(4), 22–35. <https://doi.org/10.5433/got.2015.v1.31936>

STÉDILE, J. P., & FERNANDES, B. M. (2012). Brava gente: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil (2ª ed.). São Paulo: Expressão Popular; Fundação Perseu Abramo.

♦ VOL. 14, 2026, ISSN:2318-2326. PUBLICAÇÃO CONTÍNUA.

Todos os textos publicados na Interfaces – Revista de Extensão da UFMG são regidos por licença Creative Commons CC By.

A Interfaces convida pesquisadoras e pesquisadores envolvidos em pesquisas, projetos e ações extensionistas a submeterem artigos e relatos de experiência para os próximos números.

Os textos deverão ser enviados através do nosso endereço na web. No site estão disponíveis as normas para publicação e outras informações sobre o projeto. Vale ressaltar que os autores poderão acompanhar todo o processo de submissão do material enviado através desse site e que o recebimento de submissões possui fluxo contínuo.

[www.ufmg.br/revistainterfaces](http://www.ufmg.br/revistainterfaces)

Contato: [revistainterfaces@proex.ufmg.br](mailto:revistainterfaces@proex.ufmg.br)

